

# A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA: TRABALHO E RESISTÊNCIA

Vagner José Moreira

Professor da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Pesquisador CNPq.

E-mail: [moreiravagner@terra.com.br](mailto:moreiravagner@terra.com.br)

**RESUMO:** O artigo perscruta a reorganização da produção no campo e discute as relações de trabalho vivido por trabalhadores rurais, a partir da segunda metade do século XX. No período, o viver no campo pautou-se por dinâmicas, lutas e relações sociais diversas relacionadas à reorganização do modo de produzir no campo e das relações de trabalho, modificando os modos de vida dos trabalhadores.

**Palavras-chave:** Trabalhadores rurais; relações do trabalho; questão agrária.

**RESUMEN:** el artículo examina la reorganización de la producción en el campo y se analizan las relaciones de trabajo que experimentan los trabajadores rurales, a partir de la segunda mitad del siglo xx. en el período, viviendo en el campo ha estado marcado por diversas luchas sociales, dinámicas y relaciones relacionadas con la reorganización del modo de producción y en el campo de las relaciones laborales, el cambio del los modos de vida del los trabajadores.

**Palabras clave:** Trabajadores rurales; relaciones del trabajo; cuestión agraria.

## INTRODUÇÃO

O artigo materializa os resultados parciais da pesquisa em andamento sobre o processo histórico de reorganização das relações de trabalho no campo, em que inclui movimentos sociais de luta pela terra, o capitalismo no campo e a crítica às versões hegemônicas e burguesas que descrevem esse processo histórico como "modernização", ocultando as dinâmicas, ritmos e relações sociais do capitalismo no campo brasileiro<sup>1</sup>.

O processo histórico de reorganização da produção e das relações de trabalho no campo não tem uma história recente no Brasil e fortemente marcado pela lógica capitalista, que delimito na investigação a partir do início da década de 1950. As atividades produtivas e o viver e trabalhar no campo esteve fundamentado no trabalho de arrendatários, parceiros,

meeiros, bóias-frias, entre outros, que embora atualmente utilize muitas vezes os mesmos termos não mais descrevem relações sociais de trabalho tais quais eram em décadas anteriores. Um exemplo nessa direção são os contratos de “parceria” de trabalhadores de aviários (MOREIRA, 2013) e na produção de leite (CUNICO, 2014), no Oeste do Estado do Paraná.

O processo histórico em que as relações capitalistas se tornam hegemônicas no campo está intimamente relacionado às disputas dos trabalhadores por direitos trabalhistas e aos diversos movimentos sociais de luta pela terra, que pressionaram, dialética e contraditoriamente, a intensificação do uso de tecnologias, como mecanização da produção, o uso de diversos implementos agrícolas, inseticidas, herbicidas, fungicidas, entre outros.

A história da reorganização produtiva no campo já foi amplamente narrada pela produção acadêmica e militante, associado ao que a literatura nomeou como “modernização conservadora”, “modernização dolorosa”, “modernização trágica”, entre outros adjetivos ao conceito “modernização” (GONÇALVES NETO, 1997; MENDONÇA, 2005; RIBEIRO, 1982; SILVA, 1982; PAULILO, 1990; entre outros).

A literatura convencionou o epíteto “modernização” para qualificar o processo histórico de formação do capitalismo:

Volta e meia ouvimos a mesma argumentação categórica, impaciente e – supostamente – realista: o reconhecimento das forças liberadas pela revolução capitalista; a condenação e idealização simultâneas do capitalismo, em suas formas específicas de desenvolvimento urbano e industrial; a celebração irrefletida do domínio – poder, eficiência, produção, o domínio do homem sobre a natureza –, como se a exploração dos recursos naturais pudesse ser separada da concomitante exploração dos homens. (WILLIAMS, 1990, p. 58).

A “ideologia da modernização” – ou do “melhoramento agrícola”, como indicaram Raymond Williams (1990, p. 88-96) e Ellen M. Wood (2001, p. 88-91) – tangeu a todos e moldou a narrativa hegemônica do capitalismo, procurando ocultar as contradições e as desigualdades sociais. Como se fosse possível o desenvolvimento do capitalismo sem a intensa exploração, sem a extensa expropriação e sem o uso da violência e a repressão aos movimentos sociais de trabalhadores do campo e da cidade. Não existe um “bom desenvolvimento do capitalismo”. Qualquer que tenha sido o modo como ocorreu à formação histórica do capitalismo em cada país os “imperativos do mercado” prevaleceram e moldaram

a exploração, sem condescendência para com os trabalhadores – a não ser quando era conveniente para o exercício ideológico da dominação.

Assim, as transformações que sucederam no campo e que tornaram a agropecuária “moderna” – tecnificação dos processos produtivos, mecanização, enfim, todas as atividades voltadas para a lógica do mercado – não pouparam a natureza nem os seres humanos, ou melhor, os trabalhadores, iniciando um processo extenso de expropriação, proletarização e de trabalhadores sem terra (HOBSBAMW; RUDÉ, 1982).

Os usos dos adjetivos “conservadora”, “dolorosa”, “trágica”, entre outros, mesmo que utilizados com sentido crítico ao processo de intensificação das relações capitalistas no campo, não resolve o problema do conceito “modernização”. Como conceito binário, fundamentou a construção de descrições estereotipadas sobre modos de viver e produzir no campo, sendo comum o uso de adjetivos aos trabalhadores e as atividades agropecuárias como “atrasados”, “arcaicos”, “rudimentares”, entre outros. Assim, se desconsiderou que a evolução posterior não estava dada de antemão no processo histórico. E não compreendeu os modos de trabalhar e produzir qualificados como “atrasados” como alternativos ou de oposição aos imperativos do mercado, que a intensificação do uso de novas tecnologias para produzir no campo significava. O anacronismo torna-se ainda mais evidente agora no século XXI quando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e Via Campesina começaram a defender de forma contundente a produção agroecológica como projeto de oposição ao agronegócio.

A reorganização das relações de produção no campo motivado por problemáticas diversas (MOREIRA, 2012, 2013), tais como, quais os significados da luta pela terra para os trabalhadores? Como elaboram esse projeto para as suas vidas? Como instituíram modos de trabalhar, modos de ver e modos de ser próprios nesse processo histórico de movimentos de luta pela terra? Compreender os processos históricos de luta pela terra e as circunstâncias vividas pelos trabalhadores no campo, as relações de trabalho, experimentados pelos trabalhadores como limites e pressões.

A investigação parte do universo teórico e metodológico da tradição historiográfica marxista inglesa da história do trabalho e dos movimentos sociais (HOBSBAWM, 1988, 2000; THOMPSON, 1988, 1997, 1998, 2001). Essas referências permitem deslocar o olhar para a diversidade de sujeitos que compõe a classe trabalhadora, como para a pluralidade de

modos de viver dos trabalhadores brasileiros, fazendo as críticas sobre a história operária tradicional ou a história militante de perspectiva teleológica e economicista.

### **A reorganização da produção no campo: um recuo histórico a partir da experiência de Fernandópolis-SP**

O debate em torno da produção do algodão em Fernandópolis, na região Noroeste do Estado de São Paulo, possibilita compreender o processo histórico contraditório de reorganização da produção agropecuária, uma vez que as transformações produtivas no campo estavam cercadas de interesses que não se limitavam a esfera econômica. Quando proprietários de terra se constituíram como burguesia rural reestruturando a produção agropecuária e se organizando em sindicatos, federações, com manifestações nas capitais dos Estados e do país, se movimentaram contra os diversos movimentos sociais de trabalhadores.

A produção de algodão em Fernandópolis acirrava os ânimos entre trabalhadores rurais arrendatários, pequenos agricultores, entre outros, e seus patrões, agravado pela presença das multinacionais instaladas na região no início da década de 1950, *Sanbra S/A* (adquirida pela Bunge desde 1923) e *Anderson Clayton Company Ltda.*

As empresas *Sanbra S/A* e *Anderson Clayton Company Ltda* no início da década de 1950 controlavam 90% da exportação de algodão no Brasil (PARAGUASSU, 1952). A presença das multinacionais, com a publicidade na imprensa local e estadual em torno do uso de inseticidas na produção agrícola, bem como a imposição de um determinado tipo de algodão a ser produzido, o rebaixamento do preço por arroba a ser pago, geravam diversos conflitos de interesses entre as empresas e os produtores de algodão, principalmente os arrendatários e pequenos proprietários de terra. Esse fato foi usado para politizar a presença das multinacionais no Brasil e situar o imperialismo norte-americano no campo de forças e disputas políticas no interior do Estado de São Paulo, noticiados pela imprensa comunista e nas atas da Câmara Municipal de Fernandópolis (MOREIRA, 2012).

Os trabalhadores, alguns deles vinculados politicamente ao Partido Comunista do Brasil (PCB), organizaram uma manifestação e concentração de trabalhadores rurais para 22 de maio de 1952, no centro da cidade de Fernandópolis. A data era sugestiva, pois ainda se comemora a emancipação política do município e o dia da padroeira da cidade. Para a

organização da concentração de trabalhadores rurais foi distribuído em toda a região o boletim transcrito abaixo, arquivado no prontuário do DOPS da Delegacia de Fernandópolis:

A Comissão Provisória de Defesa do Algodão, composta de pequenos produtores da Alta Araraquarense, convida a todos os plantadores de algodão, arrendatários, posseiros, meeiros, sitiantes e outros para a grande CONCENTRAÇÃO DE PLANTADORES DE ALGODÃO DE TODA A ARARAQUARENSE que será realizada no dia 22 de maio, a 1 hora da tarde para discutirem o seguinte:

1º – Garantia de um preço mínimo justo e compensador por arrouba de algodão porque o preço de Cr\$ 55,00 estabelecido pelo sr. Getúlio Vargas não é suficiente.

2º – Financiamento imediato a todos os plantadores, na base do preço mínimo acertado pelos produtores reunidos nesse dia.

3º – Moratória de 2 anos para as dívidas de todos os plantadores como já foi dada pelo governo aos fazendeiros e compradores de zebu.

4º – Pela entrega da sacaria a preço barato e na medida da necessidade do plantador e sem compromisso de venda obrigatória do algodão a máquina que forneceu o saco.

5º – Formação da COMISSÃO DE DEFESA DOS PRODUTOS, ou Defesa do Algodão que irá lutar pelo seguinte: 1- Baixa do arrendamento; 2- Liberdade de plantio; 3- Semente boas e contra o câmbio-negro; 4- Veneno bom e sem câmbio-negro; 5- Classificação justa é fiscalizada pelos próprios produtores; 6- Abolição dos impostos aos pequenos produtores como já foram abolidos pelo governador Garcez para as máquinas Sanbra e Clayton que dominam o mercado algodoeiro em toda a Araraquarense; 7- Defesa contra a febre amarela e a paralisia infantil. Esta última doença provocada pelo veneno norte-americano, Radiotox, vem matando e aleijando centenas de crianças; 8- Criação de Associações de arrendatários, meeiros, posseiros e sitiantes em todos os municípios da Alta Araraquarense; 9- Que todo o dinheiro destinado pelo Presidente da República, sr. Getúlio Vargas, para a preparação da guerra seja entregue aos pequenos produtores, arrendatários, meeiros, posseiros e sitiantes, tanto plantadores de algodão como de arroz, amendoim, etc., como meio de melhoria de vida e aumento da produção.

Que todos os lugares, os plantadores de algodão sigam para Fernandópolis no dia 22 para debater e acertar medidas em defesa dos seus produtos. Nessa grande reunião devem ser levados os parentes, amigos, as mulheres e as crianças.

O lugar da GRANDE CONCENTRAÇÃO DOS PLANTADORES DE ALGODÃO será anunciado por rojões.

DIA 22 DE MAIO À 1 HORA DA TARDE, milhares de plantadores, mulheres e crianças se reúnem em FERNANDÓPOLIS. – VIVA a UNIÃO de TODOS! (BOLETIM, 1952).

A produção de algodão parecia se constituir em problema para a militância do PCB, pois motivara a publicação sobre o tema na década anterior. Ruy Barbosa Cardoso publica na revista *Fundamentos* – periódico comunista, em agosto de 1948, um estudo produção do algodão no Estado de São Paulo, em que afirma:

Há alguns anos atrás, era comum ouvir-se dizer que em São Paulo se realizara um milagre: - o milagre do algodão. Com efeito, a produção paulista de algodão que em 1930 fora de 4 mil toneladas de pluma, ou cerca de 3% de toda a produção brasileira, subira vertiginosamente, de ano para ano, até alcançar, em 1944, a considerável safra de 463 mil toneladas, representando 78% da produção nacional e colocando o Brasil como o quarto produtor mundial do “ouro branco”. São Paulo era citado, constantemente, como a região que, em menos de duas décadas, registrara o maior desenvolvimento de produção em toda a história dessa matéria-prima, em qualquer parte do mundo. (CARDOSO, 1948, p. 170-193).

Todavia, no final da década de 1940 o produto já não apresentava os mesmos índices de produtividade. Certamente, as pressões para o aumento do lucro das multinacionais do algodão, naquele momento, foram interpretadas pelos arrendatários e pequenos produtores de Fernandópolis como exploração e espoliação do trabalhador do campo.

### **A resistência dos trabalhadores à reorganização da produção no campo**

O final da década de 1940 e início da década seguinte foram tempos de muita mobilização dos trabalhadores rurais em seus locais de trabalho. Em Fernandópolis desde 1946 a movimentação dos trabalhadores rurais marcava a cena rural e urbana como manifestações e movimentos sociais diversos, que inclui o levante comunista de 1949 (MOREIRA, 2012).

Calil Chade, escrevendo em meados de 1951 no periódico *A Classe Operária*, formula críticas à atuação do PCB em período anterior e defende uma posição política contrária ao que chamou de “espontaneísmo”, asseverando que o “período das colheitas” constituía-se na melhor “ocasião para o desenvolvimento de lutas no campo”, propondo concentrações de arrendatários e pequenos proprietários como forma de mobilização, luta e espaço propício para a politização. No preâmbulo em defesa de suas posições, desenha um quadro das lutas e reivindicações dos trabalhadores rurais no período de 1948-51:

Durante o ano de 1950 registraram-se no Estado de S. Paulo 25 greves de colonos de café, 5 greves de assalariados agrícolas, uma greve de empreiteiros no trato do café, além de vários movimentos de resistências de arrendatários pela baixa do arrendamento e contra o despejo.

A análise dessas lutas no campo nos revela, em primeiro lugar, que a sua quase totalidade se deu no período das colheitas, repetindo-se o que já vimos nos anos de 1948 e 1949. Das 21 greves de colonos de café, 15

foram levantadas em torno da reivindicação de aumento do preço pago para a colheita. As outras greves de colonos giraram em torno das mais variadas reivindicações, como contra o atraso do pagamento, contra as multas, pelo direito de colher antes os mantimentos próprios, por aumento de serviço de arruamento, esparramação de adubo, etc.

Das greves de assalariados agrícolas, 4 foram em usinas de açúcar, principalmente de cortadores de cana e uma greve de apanhadores de algodão. Em todas elas, a reivindicação central foi a de aumento de salários, quer para o corte de cana, quer para a apanha do algodão.

As lutas dos arrendatários se desenvolveram durante as colheitas, pela baixa do arrendamento e se estenderam depois contra as ameaças e as medidas de despejo.

Já tiveram início no Estado de São Paulo as colheitas do algodão e dos cereais e se aproxima o início da colheita do café e da safra do açúcar. As perspectivas de lutas, neste ano, são as maiores do que no ano passado, pois que se agravou consideravelmente a situação dos colonos, dos arrendatários e dos pequenos proprietários. (CLASSE OPERÁRIA, Rio de Janeiro, 01 de junho de 1951. p. 2).

Diante dessas circunstâncias, na região de Fernandópolis ocorreram diversas greves. Na Fazenda Santa Isabel e Fazenda Avanhandava, em 1950, depois que os assalariados rurais, conhecidos na região como colonos, ficaram meses sem receber salário, saindo estes vitoriosos (MEDEIROS, 1995, p. 273-274). Nos dias 17 e 18 de agosto de 1953, na Fazenda Birole, os colonos fizeram greve de dois dias contra o “ato criminoso do fazendeiro”. De acordo com a carta enviada por Benedito Barbosa da Silva ao periódico *Voz Operária*:

Os colonos nessa fazenda, que são mal remunerados, percebem salários que não chegam para matar a fome, são vítimas de outras arbitrariedades. O patrão não levando em consideração a presença de colonos na lavoura, mandou pulverizar o cafezal em julho último com um veneno que intoxicou muita gente. Os trabalhadores, vítima do tóxico, tiveram vômitos e dores de cabeça. O protesto foi geral. Os colonos avisaram o fazendeiro que, durante a colheita não pulverizasse mais com veneno. Se o fato ocorrer novamente, eles paralisariam o trabalho. Mas, o fazendeiro não se emendou. Segunda-feira, 17 de agosto, mandou pulverizar de novo o cafezal. Os colonos não vacilaram. Apesar das ameaças dos fiscais e do administrador, paralisaram a colheita e reiniciaram o trabalho somente no dia 19, quando não mais havia perigo para a sua saúde. A) Benedito Barbosa da Silva – Fernandópolis. (VOZ OPERÁRIA, Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1953. p. 2).

É possível presumir que aqueles tempos, além de difíceis de serem vividos, foram tempos de muitas lutas dos trabalhadores. Certamente, os trabalhadores desconfiavam dos benefícios das alterações nos modos tradicionais de produzir no campo. Pelas suas vivências, o uso do agrotóxico não poderia fazer bem algum. Desse modo, até a inferência sobre a relação entre a paralisia infantil e o uso do veneno é compreensível.

Os movimentos sociais dos trabalhadores pareciam preocupar as classes dirigentes e dominantes na cidade, pois estas não titubearam em informar o DOPS sobre as atividades que estavam sendo organizadas e sobre os boletins que estavam sendo distribuídos em toda a região.

A concentração dos trabalhadores e o problema do algodão ganharam as páginas do periódico *Voz Operária*, em 31 de maio de 1952. Em reportagem sobre o assunto, afirmou-se que a “crise do algodão” era de responsabilidade de “Getúlio”, “Sanbra” e “Clayton”. A mesma reportagem denunciou os problemas do monopólio exercido por essas empresas e a campanha realizada para o uso de veneno nas lavouras, que para difundir ainda mais seu uso, “Sanbra” e “Clayton” fizeram intensa propaganda, com slogan assim reproduzido pelo periódico: “Plante algodão e colha 400 arrobas passando muito veneno”. A Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo também foi responsabilizada à medida que organizou caravanas de orientação para o interior paulista, estimulando o uso de veneno. Diante disso, muitos “plantadores de algodão” fizeram uso do veneno, mas a produção girou entre 45 a 100 arrobas por alqueire. O uso do veneno levou muitos aldoais ao definhamento ou à danificação das maçãs antes destas abrirem.

Quase um mês depois, o tema ainda ocupava as páginas do periódico comunista, que informava sobre as greves e concentrações de trabalhadores rurais, sitiantes, meeiros, arrendatários e camaradas, que se espalharam pelo interior do Estado de São Paulo, principalmente nas zonas aldoeiras, ainda dando destaque ao movimento:

Em Fernandópolis, uma grande comissão de camponeses marcou uma concentração para o dia 22 de maio. O apelo da comissão repercutiu grandemente e, no dia marcado, centenas de camponeses afluíram [ilegível] em caminhões e a pé. A polícia a serviço de Anderson Clayton e da Sanbra, ocupou todas as entradas e efetuou mais de 80 prisões, inclusive do líder camponês, Sebastião Dinart. A polícia permitiu, porém, em seguida, em Fernandópolis, uma concentração promovida pela FARESP. A massa camponesa, que compareceu, demonstrou seu descontentamento, através de apartes aos oradores. (VOZ OPERÁRIA, Rio de Janeiro, 28 de junho de 1952, p. 9).

Os problemas vividos pelo trabalhador rural, a “situação da lavoura” e os movimentos organizados pelos trabalhadores incomodavam muito as classes dominantes e dirigentes de Fernandópolis naquele momento, o que pressionou os “proprietários” a se organizarem.

Os latifundiários promoveu também uma concentração, apoiada pela Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo (FARESP) e pouco tempo depois fundaram a Associação Rural de Fernandópolis, futuro Sindicato dos Proprietários Rurais de Fernandópolis. A luta de classes e a disputa de projetos para o campo e para a cidade levou a burguesia rural a se organizar na região para fazer frente ao projeto defendido pelos trabalhadores, alguns dos quais se organizavam em torno das perspectivas políticas do PCB.

### **Educar os trabalhadores para o novo trabalho no campo**

O redator do periódico local *Fernandópolis-Jornal* parecia perceber esse processo conflituoso e os diversos projetos em disputa na cidade. No jornal, o redator do periódico coloca em pauta o projeto defendido para a agricultura naquele momento:

**Mecanização da lavoura:** nos últimos três anos vem a lavoura fernandopolense utilizando-se dos meios modernos de plantio. Principalmente a cultura de algodão. Plantio completamente mecanizado, com o combate sistematizado das pragas por meio de inseticidas modernos, a produção de algodão cresce a olhos vistos, alcançando a média de 400 arrobas por alqueire. Os Srs. Senji Okyama e Inocêncio de Paula Eduardo, entre outros, tem-se destacado, como introdutores em nosso meio, da lavoura mecanizada. Por outro lado, constituíram-se entre nós, firmas vendedoras de inseticidas que, a longo prazo e sob intensa e constante ação de propaganda, teem (sic) levado os nossos lavradores a uma gradativa modificação dos seus métodos de Plantio. YOSHIDA IKEDA e, agora, OKYIAMA KONISHI & CIA., são duas firmas que vem tendo ação de envergadura no seio da colônia japonesa local. Nessa data, por intermédio dos Srs. O. Konishi & Cia., acabam de chegar a esta cidade 8 tratores Massey Harris. Conversando ainda com o Sr. Shojiro Konishi, dele obtivemos a informação de que nova remessa de 14 tratores vai chegar a breves dias, havendo ainda a possibilidade de colocação de um número maior. Recebendo a visita do Sr. Lucio Batistela, agrônomo da Companhia Química Rhodia Brasileira, disse-nos o Sr. Konishi, que foram firmadas na Região muitas lavouras que obtiveram a produção de 400 a 430 arrobas por alqueire, mediante o emprego do inseticida dessa Companhia; continuando assim, disse-nos o Sr. Konishi, Fernandópolis será, em pouco tempo, uma das maiores zonas algodoeiras do Estado, mantendo dessa forma o seu ritmo de progresso. (FERNANDÓPOLIS-JORNAL, 08 de abril de 1951, n. 269, p. 4).

A mecanização da agricultura parecia não se constituir apenas em um empreendimento capitalista visando aumentar a produtividade da produção agrícola, mas também em uma estratégia para conter os diversos movimentos sociais na região, apresentando o projeto de mecanização como inevitável naquele momento.

A defesa do projeto de mecanização da produção no campo para o início na década de 1950 com os contornos dos imperativos do capitalismo é intrigante, pois a literatura convencionou relacionar o início desse processo histórico a partir da década de 1960 e se intensificando apenas na década seguinte.

O projeto capitalista de tecnificação e mecanização da produção agrícola foram propostos há algum tempo na cidade. A publicação de reclames na forma de boxe em páginas variadas no periódico local, a partir do segundo semestre de 1952, é significativa para compreender os conflitos, as disputas de projetos para o campo e a perspectiva desse projeto: “Capitalista. Empate seu dinheiro em construções em Fernandópolis. Seja inteligente e patriota. Fernandópolis merece e precisa atrair homens de grandes recursos como Adhemar Cunha.” (FERNANDÓPOLIS-JORNAL, 17 de agosto de 1952, n. 382, p. 4). Ou ainda: “Capitalista. Empate seu dinheiro em construções em Fernandópolis. Seja inteligente e patriota. Fernandópolis merece e precisa atrair homens de grandes recursos para tomarem parte no seu progresso.” (FERNANDÓPOLIS-JORNAL, 11 de setembro de 1952, 389, p. 2).

A educação para o novo trabalho no campo era fundamental, pois não bastaria colocar no mercado máquinas, implementos agrícolas e uma série de outros produtos se não fosse construído um novo consenso sobre a forma de operar as atividades agropecuárias (MENDONÇA, 2007). Na região Noroeste do Estado de São Paulo, o periódico *Fernandópolis-Jornal* assumiu essa posição e noticiou nas edições do dia 22 e 29 abril de 1951 o “desfile” das “máquinas modernas” na comemoração cívica do dia 21 de abril e, no dia seguinte, uma “demonstração de maquinaria agrícola” pelos “Irmãos Marão”, representantes da “Cia. Massey Harris”:

Em terreno ao lado do Ginásio Estadual, fomos ver a exibição dessa maquinaria tão útil e necessária ao trabalho agrícola. Estavam presentes os Srs. José Athayde Neto, Inspetor de Vendas, Sr. Giglio Piatti, Inspetor Técnico, recém vindo de Buenos Aires e Hans Lutmer jornalista de São Paulo. Todos da Cia. MASSEY HARRIS, a cargo dos quais esteve adita demonstração.

Expondo máquinas construídas após 100 anos de experiências e especialização, essa Companhia, por intermédio dos Irmãos Marão veio (sic) trazer aos lavradores fernandopolenses a 1.<sup>a</sup> demonstração técnico-científica de maquinaria agrícola, por nós já vista nessa cidade.

Na presença de um grande público, onde percebemos lavradores e não lavradores, ofereceu-se nos a possibilidade de ver a força, a rapidez, e a perfeição do trabalho executado. Pelo que sabemos, foi tão interessante e elucidativa a demonstração que, no dia seguinte, foram adquiridas as máquinas expostas, assim como outras mais. 5 japoneses e 3 brasileiros

disseram-nos foram os adquirintes. Num total de cerca de 20 máquinas, já compradas. Fernandópolis orienta seus passos no sentido da lavoura mecanizada. (FERNANDÓPOLIS-JORNAL, 22 de abril de 1951, n. 272, p. 4).

As demonstrações públicas das máquinas – expressão simbólica de força e articulação política e econômica entre a burguesia industrial e a burguesia agrária – e de suas vantagens na produção agrícola foram acompanhadas de orientação técnica – educação – por parte das empresas dos implementos agrícolas e do Banco do Brasil, que concede o crédito agrícola seguindo determinada “política agrícola”, e da indicada Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

Em uma reportagem de cunho publicitário no *Fernandópolis-Jornal*, o articulista afirma que a região de Fernandópolis como uma das “zonas de maior produção [algodão e café] do Estado, isto porque se têm intensificado entre nós a mecanização e o uso de inseticidas. Sabemos que várias firmas existem na cidade vendendo inseticidas de diversas marcas, em grande escala”. Na continuidade da “reportagem” é informado que um dos sócios da firma Okyama, Konishi & Cia viajou durante alguns dias para “palestrar” junto aos lavradores e “orientar” no combate ao “Bicho Mineiro”, que atacava os cafezais da região. Na estrada que liga Jales a Fernandópolis, Shojiro Konishi indaga um “lavrador” sobre a produção de café que, no momento, “cuidava de seu cafezal”: “a terra aqui é de primeira, este café já está com 4 anos, mas a seca é tão forte que as folhas estão pintando de preto e caindo diariamente. Se assim continuar, da florada deste ano somente vingará 40%. Se Deus quiser isso não acontecerá”. Konishi, proprietário de empresa e representante comercial de inseticidas na cidade, aproximou-se dos pés de café e mostrou ao lavrador os insetos que estavam ali corroendo as folhas e concluiu: “Sr. Lavrador, 100% da cafeicultura do Estado de São Paulo se acha atacada pelo Bicho Mineiro, mais de 70% das folhas de cada cova estão contaminadas com larvas do Bicho Mineiro”. E mais adiante a assertiva: “agricultores, é preciso modificar o modo de tratamento das lavouras” (FERNANDÓPOLIS-JORNAL, 08 de julho de 1951, n. 283, p. 4.). A reportagem-propaganda é concluída com a orientação de como usar o inseticida e intentava moldar uma nova prática para a atividade agrícola.

A narrativa acima é significativa à medida que se multiplicaram na imprensa local o tema da produção agrícola e da mecanização da lavoura, principalmente relacionado à produção do algodão. A educação “do homem do campo” parecia constituir-se em projeto levado a efeito por agentes diversos, não se limitando ao Estado, com a educação

escolarizada, mas por meios diversos que incluía a imprensa e a presença de técnicos agrícolas ou representantes comerciais imbuídos em inculcar e moldar novos valores e novas práticas agrícolas.

### **O veneno está na mesa**

O debate hodierno sobre as mazelas da reorganização da produção no campo gira em torno do uso de sementes transgênicas – com a substituição das sementes crioulas e a consequente dependência do agricultor – e do uso indiscriminado do veneno na produção agrícola. Os movimentos sociais de luta pela terra como oposição a esse modelo militam em torno da agroecologia. O tema suscitou a produção de diversos documentários (*O mundo segundo a Monsanto*, *O veneno nosso de cada dia*, *O veneno está na mesa*, entre outros) em que polemizam as “vantagens” do agronegócio denunciando os malefícios para a natureza e para o ser humano os usos de transgênicos e do veneno.

Todavia, a história do uso de veneno na produção agrícola não é recente. É anterior a propalada “revolução verde”. No interior de São Paulo, pelas mãos do Estado e das multinacionais a produção agropecuária é reestruturada.

De modo ambíguo, a amplitude do problema parecia “sensibilizar” o articulista e redator do *Fernandópolis-Jornal*, pois publica artigo de João Alves Pereira sobre “O homem da lavoura e o momento atual”, em que procura reproduzir os sentimentos e expectativas dos “homens da lavoura”, em janeiro de 1952:

Ouvimos frequentemente a voz do homem do campo: “será que chove”, “Deus tarda, mas não falha”, e assim por diante, meses e meses, passando até noites sem dormir, pensando no correr do ano. Quando esses fatores vêm ao seu encontro, ele colhe bastante; mas então, na época da venda, o preço cai vergonhosamente.

Temos, como exemplo, todos os anos o caso do arroz, que o lavrador colhe, depois daquele esforço e é obrigado a vender, imediatamente, pelo preço que vigorar na praça.

Este preço, então, se reduz, e o pobre do homem, tendo compromissos a saldar com o negociante que o custeou um ano todo, com o farmacêutico que lhe forneceu remédios, é obrigado, como já disse, a cedê-lo a qualquer preço. Esse ano o lavrador já desacorçoado pendeu para o lado do algodão, correndo todos os riscos que corre com o arroz e mais outros que ele defende com o peso de uma máquina, que transporta nas costas, respirando o cheiro do veneno que o ataca dos pés a cabeça. Sabe Deus porque preço irá ele vender esse algodão.

O fato é que a produção do arroz diminúe (sic) e nós de algodão não podemos viver, não nos alimentamos.

E a vida continua cada vez mais difícil tudo sobe o preço do açúcar, da farinha, do querosene, e de tantas outras cousas, que a gente não sabe por que encarece. Só sabemos que, se continuar nessa marcha, o nosso destino é desconhecido e inseguro. (FERNANDÓPOLIS-JORNAL, 20 de janeiro de 1952. p. 3).

As experiências dos trabalhadores rurais estruturam os sentimentos que orientaram o processo de atribuição de significados ao vivido. O texto do artigo, publicado em janeiro de 1952 e anterior ao movimento que organizou a concentração de trabalhadores para o dia 22 de maio daquele ano, assumiu as formas de um lamento e buscou traçar e interpretar o ambiente vivido pelos “homens da lavoura”. É significativo como o problema ocupou a imprensa, edição após edição, não dando unicamente visibilidade ao projeto de agricultura tecnicada e mecanizada, mas expressando as expectativas e dificuldades vividas diante da oscilação do preço dos produtos agropecuários e do trabalho árduo, “respirando o cheiro do veneno que ataca dos pés a cabeça”.

Poderia constituir uma estratégia de mobilização (ou talvez desconhecimento naquele momento) dos mediadores e lideranças do movimento imprimir boletim conclamando os trabalhadores para a “defesa dos interesses da lavoura” argumentando que seria o “Rhodiatox, veneno norte-americano”, um dos inseticidas usado na lavoura, o “causador da paralisia infantil e da febre amarela”. Entretanto, o trabalhador da roça sabia bem que o uso do veneno o “ataca dos pés a cabeça”. Na prática do trabalho diário, os trabalhadores percebiam que os problemas de saúde aumentavam e atribuíam esses malefícios ao uso de inseticidas. Para passar o veneno o trabalhador transportava o pulverizador, máquina de passar o veneno, sobre suas costas durante o dia todo. Não raro, o pulverizador vertia sobre o trabalhador o inseticida. Certamente, introduzir o uso dos novos implementos agrícolas, defensivos e inseticidas não fora tranquilo e contou com muita resistência por parte dos trabalhadores.

A indústria “Companhia Química Rhodia Brasileira” chegou a veicular publicidade e orientação de uso do Rhodiatox nas páginas do *Fernandópolis-Jornal*. Não deixa de ser irônico, dada as condições de trabalho no campo e dos interesses capitalistas em aumentar a produtividade, o fato de a empresa química alertar para o caso de acidente ou envenenamento por Rhodiatox (Parathion). De acordo com a publicidade, o envenenamento poderia ocorrer por ingestão, respiração e, principalmente, por contato com a pele – os sintomas eram “dor de cabeça, cansaço, mal-estar (tristeza), náuseas, vômitos, diarreia, sede intensa, suores

profundos, escurecimento da vista, dores de estômago”. A própria publicidade fornece indícios das condições de trabalho, das práticas e dos usos de inseticidas no interior das lavouras ao “orientar” que os trabalhadores deveriam:

[...] não desentupir o bico do pulverizador com a boca (soprando); não tomar alimentos ou fumar sem lavar muito bem as mãos e o rosto; não usar, para cozinhar ou beber água, vasilha que haja servido como embalagem do inseticida. [...] ao abrir o saco, ter o cuidado de não receber o pó no rosto; não pulverizar nem polvilhar contra o vento; proteger o nariz e a boca com um lenço, ou melhor ainda, usar máscaras; conservar os trabalhadores sempre a distância um do outro; guardar o inseticida em depósito fechado, afastado do lugar de trabalho e moradia, e ao abrigo das crianças; [...] ao pulverizar, ter o cuidado de não se molhar com o líquido das plantas já pulverizadas; usar macacões de mangas compridas, lavados diariamente; não fazer as misturas do inseticida com as mãos; não trabalhar com máquinas furadas, que vazem o líquido, usando nas costas, por prevenção, um impermeável; lavar-se e mudar de roupa imediatamente, quando acidentalmente se ficar molhado com o inseticida; tomar banho geral, após o trabalho, com sabão (da cabeça aos pés) somente com água fria, diariamente, e, em seguida, vestir roupa limpa. (FERNANDÓPOLIS-JORNAL, 04 de fevereiro de 1951. p. 2).

Diante das circunstâncias vividas pelos trabalhadores rurais, é presumível que os “acidentes” ocorriam rotineiramente e os trabalhadores rurais “sentiam” os sintomas ocasionados pelo uso do veneno, ou que, infelizmente, a consequência fosse a mais trágica. O uso de inseticidas nas lavouras levou trabalhadores rurais à greve de dois dias de trabalho em 1953. Tragicamente, nos prontuários da Delegacia de Polícia de Fernandópolis referentes à década de 1950, há vários casos de suicídio utilizando-se do “Rhodiatox, veneno norte-americano”.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O processo histórico de reorganização da produção e das relações de trabalho capitalistas no campo a partir da década de 1950 relaciona-se às disputas dos trabalhadores por direitos trabalhistas e aos diversos movimentos sociais de luta pela terra, que pressionaram, contraditoriamente, a tecnificação e mecanização da produção agropecuária. A experiência histórica dos trabalhadores da região Noroeste do Estado de São Paulo constituiu uma evidência dessa realidade histórica. Notadamente, esse processo não esteve restrito àquele tempo e espaço, sendo possível verificar aproximações em outras regiões brasileiras

(MOREIRA, 2013). A “produtividade visando o lucro” e os “imperativos do mercado” espraiou-se pelo campo moldando as relações sociais de produção e as relações de trabalho, que o conceito de “modernização” não é suficiente para explicar.

## REFERÊNCIAS

BOLETIM. Dia 22 de maio as 13 horas – 1 hora da tarde. EM FERNANDÓPOLIS GRANDE CONCENTRAÇÃO DE PLANTADORES DE ALGODÃO DE TODA A ARARAQUARENSE. Prontuário 67.621 – Delegacia Regional de Fernandópolis. DEOPS/SP, SAESP, 1952.

CARDOSO, R. B. Esplendor e decadência do algodão em São Paulo. **Fundamentos**, São Paulo, v. 2, n. 3, ago. 1948.

CUNICO, Jaqueline Michele. **Viver e trabalhar no campo: Extremo Oeste Paranaense, 1970-2012**. 2014. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2014.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

HOBBSAWM, E. J. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. **Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado**. 2 ed. São Paulo: Paz e terra, 2000.

\_\_\_\_\_.; RUDÉ, G. **Capitão Swing: a expansão capitalista e as revoltas rurais na Inglaterra do início do século XIX**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

MEDEIROS, L. S. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo**. 1995. 295f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, 1995.

MENDONÇA, S. R. **Estado e educação rural: alguns escritos**. Niterói/Rio de Janeiro: Vício de Leitura/FAPERJ, 2007.

\_\_\_\_\_. Estado e hegemonia do agronegócio no Brasil. **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 32/33, p. 91-132, jan.jul/ago.dez. 2005.

MOREIRA, V. J. **História da avicultura no Oeste do Paraná: trabalhadores e o processo industrial de produção de frangos (1970-2013)**. Projeto de Estágio de Pós-doutorado, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2013.

\_\_\_\_\_. **O levante comunista de 1949**: memórias e histórias da luta pela terra e da criminalização dos movimentos sociais de trabalhadores no Noroeste paulista. Cascavel: EDUNIOESTE, 2012.

\_\_\_\_\_. **Trabalho, trabalhadores e movimentos sociais no Oeste do Paraná**. Proposta de Atuação e Projeto de Pesquisa. Programa de Pós-Graduação em História da UNIOESTE, Campus Marechal Cândido Rondon, 2011.

PARAGASSU, A. S. A luta dos trabalhadores do Brasil contra o jugo do imperialismo dos Estados Unidos, pela independência nacional e pela paz. **Revista Problemas**, n. 43, nov. dez. 1952. Disponível em: <[http://grabois.org.br/portal/cdm/revista.int.php?id\\_sessao=35&id\\_publicacao=488&id\\_indice=2849](http://grabois.org.br/portal/cdm/revista.int.php?id_sessao=35&id_publicacao=488&id_indice=2849)>. Acesso em: 05 fev. 2014.

PAULILO, M. I. S. **Produtor e agroindústria**: consensos e dissensos. Florianópolis: UFSC, 1990.

RIBEIRO, I. O. Modernização e diferenciação social da pequena produção familiar na agricultura brasileira: o caso do extremo-oeste paranaense. **Anais... VI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**, Out. 1982. Disponível em: <[http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=5722&Itemid=375](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=5722&Itemid=375)>. Acesso em: 4 fev. 2014.

SILVA, J. G. da. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. A árvore da liberdade. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 1, 1997.

\_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa**. II: A maldição de Adão. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. (NEGRO, A. L; SILVA, S. orgs.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: UNICAMP, 2001.

\_\_\_\_\_. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WILLIAMS, R. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

WOOD, E. M. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

---

<sup>i</sup> Uma versão preliminar do artigo foi apresentada no I Seminário Internacional dos Espaços de Fronteira, UNIOESTE, realizado entre os dias 14 e 17 de setembro de 2011, com o título *Os trabalhadores e as relações capitalistas no campo*. A versão atual sistematiza a pesquisa em andamento vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, e ao Pós-Doutoramento em História Social na Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP (MOREIRA, 2011, 2013).

Artigo recebido em janeiro de 2014 e aceito para publicação em fevereiro de 2014.